

Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada

Relatório e Contas 2012

(valores expressos em euros)

Índice

A Empresa	4
Relatório de Gestão	6
<i>Conjuntura Económica Global</i>	6
<i>Evolução da Empresa e Análise do Exercício</i>	6
<i>Perspetivas para o Próximo Exercício</i>	7
<i>Proposta de Aplicação de Resultados</i>	7
Balanço – Ativo	8
Balanço – Passivo e Capital Próprio	9
Demonstração dos Resultados por Naturezas	10
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	11
Demonstração de Fluxos de Caixa	12
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	13
1. <i>Nota introdutória</i>	13
2. <i>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</i>	13
3. <i>Principais políticas contabilísticas</i>	13
3.1 <i>Bases de apresentação</i>	13
3.2 <i>Ativos fixos tangíveis</i>	14
3.3 <i>Ativos e passivos financeiros</i>	14
3.4 <i>Locações</i>	15
3.5 <i>Réditos</i>	16
3.6 <i>Imposto sobre o rendimento</i>	16
3.7 <i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i>	16
3.8 <i>Provisões</i>	17
3.9 <i>Benefícios pós-emprego</i>	17
3.10 <i>Especialização de exercícios</i>	17
3.11 <i>Acontecimentos subsequentes</i>	17
3.12 <i>Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas</i>	17
4. <i>Fluxos de caixa</i>	18
5. <i>Ativos fixos tangíveis</i>	19
6. <i>Locações</i>	20
7. <i>Clientes</i>	20
8. <i>Impostos sobre o rendimento</i>	21
9. <i>Acionistas/Sócios</i>	22
10. <i>Outras contas a receber</i>	22
11. <i>Diferimentos ativos</i>	23
12. <i>Instrumentos de capital próprio</i>	23

13.	<i>Provisões</i>	24
14.	<i>Passivos financeiros</i>	24
15.	<i>Estado e outros entes públicos</i>	24
16.	<i>Outras contas a pagar</i>	25
17.	<i>Vendas e prestações de serviços</i>	25
18.	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	26
19.	<i>Gastos com o pessoal</i>	27
20.	<i>Amortizações</i>	27
21.	<i>Outros gastos e perdas</i>	27
22.	<i>Juros e rendimentos similares obtidos</i>	28
23.	<i>Partes relacionadas</i>	28
24.	<i>Divulgações exigidas por diplomas legais</i>	29
25.	<i>Informações exigidas por diplomas legais</i>	29

Esta página foi deixada em branco intencionalmente

A Empresa

O Grupo Towers Watson, assim denominado, foi formado em 4 de janeiro de 2010 resultado da fusão do Grupo Watson Wyatt com o Grupo Towers Perrin.

A Towers Watson é uma empresa líder global de serviços profissionais que ajudam as organizações a melhorar o desempenho a nível do capital humano, riscos e gestão financeira. Com cerca de 14.500 associados em todo o mundo, oferece soluções nas áreas de benefícios para empregados, gestão de talentos, remuneração, gestão de riscos e de capital.

Com a fusão em janeiro de 2010, a empresa portuguesa apenas alterou a sua denominação para Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, doravante TW(P), uma vez que em Portugal, apenas existia uma empresa do Grupo.

A Towers Watson exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões.

A Towers Watson focaliza-se em proporcionar aos seus clientes informação que permite a tomada de decisões certas e as ações apropriadas. A abordagem seguida fundamenta-se na perspetiva que resulta da experiência de trabalho com uma grande diversidade de questões.

Importa referir, que o ano fiscal da TW(P) não é coincidente com o ano civil sendo que, o exercício fiscal de 2012, compreende o período de 1 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente

Relatório de Gestão

Conjuntura Económica Global

Este ano, o crescimento dos nossos proveitos ocorreu em todas as regiões, subjacente a um sólido desempenho pela empresa num ambiente económico particularmente difícil. Face ao ano anterior, os proveitos aumentaram cerca de 5%.

Durante o ano fiscal de 2012, chegámos a vários marcos importantes, incluindo os nossos esforços de integração no tempo e de acordo com o orçamento, o primeiro ano de Exchange Solutions com resultados acima das nossas expectativas, bem como a introdução de OneExchange, a nossa solução integrada de seguros de saúde para empregados ativos e aposentados. Também tomámos medidas para melhorar o Client Development Group (CDG) fora dos EUA, para refletir melhor os nossos clientes multinacionais e expandirmos a nossa presença global em mercados em rápido desenvolvimento como a Índia, Rússia e África do Sul.

A nossa estratégia global passa pela construção de relacionamentos de longo prazo, com ênfase no fornecimento de soluções de RH e risco para as organizações e colaboradores. As nossas várias linhas de negócios estão unidas para servir os nossos clientes, dando grande ênfase a esse ponto. Com a continuação da desigualdade na economia global e num ambiente de negócios de baixo crescimento, precisamos de continuar a gerir os custos com prudência, encontrar maneiras de trabalhar de forma mais eficiente e otimizar os investimentos que fazemos nas nossas pessoas e nas nossas soluções.

A nível nacional, a economia continua a atravessar grandes dificuldades de recuperação, embora se preveja uma reação positiva nos próximos tempos. As medidas de austeridade implementadas pelo Governo para cumprir os objetivos propostos no acordo com o FMI, BCE e Comissão Europeia, continuam em vigor, não se prevendo alterações no próximo ano.

Evolução da Empresa e Análise do Exercício

A empresa evoluiu de uma forma positiva, aumentando o seu volume de negócios em 14% e duplicando o resultado líquido, contrariando as dificuldades económicas da atual conjuntura.

Relativamente ao exercício fiscal em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 7.929.560 euros.

No que diz respeito aos gastos, há que referir o valor de 4.344.209 euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 3.207.894 euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 2.193.530 euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados e rendas/alugueres (escritório, automóveis e equipamentos).

Os outros gastos e perdas, no montante de 34.911 euros, são referentes, na sua maioria, a diferenças de câmbio.

O resultado líquido do exercício atingiu o montante de 890.465 euros no ano fiscal findo a 30 de junho de 2013.

Balanço – Ativo

ATIVO	Notas	30 junho 2013	30 junho 2012
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	330.411	370.793
Outros ativos não correntes		170	-
Total do ativo não corrente		330.581	370.793
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	7	600.332	970.555
Estado e outros entes públicos	15	15.007	170
Acionistas / sócios	9	1.128.989	887.885
Outras contas a receber	10	3.308.313	1.400.085
Diferimentos	11	43.759	64.849
Caixa e depósitos bancários	4	215.069	181.998
Total do ativo corrente		5.311.469	3.505.543
Total do ativo		5.642.051	3.876.336

Balanço – Passivo e Capital Próprio

<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>		<u>30 junho 2013</u>	<u>30 junho 2012</u>
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	100.000	100.000
Prémios de emissão	12	778.937	778.937
Reservas legais	12	20.000	20.000
Resultados transitados		1.360.045	1.001.431
		<u>2.258.982</u>	<u>1.900.368</u>
Resultado líquido do exercício		890.465	358.615
Total do capital próprio		<u>3.149.447</u>	<u>2.258.983</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	-	-
Total do passivo não corrente		<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	568.907	151.921
Estado e outros entes públicos	15	660.190	301.745
Outras contas a pagar	16	1.234.421	1.163.687
Financiamentos	4	29.086	-
Total do passivo corrente		<u>2.492.604</u>	<u>1.617.353</u>
Total do passivo		<u>2.492.604</u>	<u>1.617.353</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>5.642.051</u>	<u>3.876.336</u>

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 junho 2013	30 junho 2012
Vendas e serviços prestados	17	7.929.560	6.925.890
Fornecimentos e serviços externos	18	(2.193.530)	(2.045.307)
Gastos com o pessoal	19	(4.344.209)	(4.453.188)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	(10.937)	(12.300)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	-	(37.748)
Outros rendimentos e ganhos		25.935	23.657
Outros gastos e perdas	21	(34.911)	(5.964)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.371.909	395.040
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 20	(88.029)	(77.451)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.283.881	317.589
Juros e rendimentos similares obtidos	22	554	6.562
Resultado antes de impostos		1.284.435	324.151
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(393.970)	34.464
Resultado líquido do exercício		890.465	358.615

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 30 de Junho de 2011	100.000	778.937	20.000	416.707	584.724	1.900.368
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2011:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	584.724	(584.724)	-
Resultado líquido do exercício					358.615	358.615
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>100.000</u>	<u>778.937</u>	<u>20.000</u>	<u>1.001.431</u>	<u>358.615</u>	<u>2.258.983</u>
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2012:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	358.615	(358.615)	-
Resultado líquido do exercício					890.465	890.465
Saldo em 30 de Junho de 2013	<u>100.000</u>	<u>778.937</u>	<u>20.000</u>	<u>1.360.045</u>	<u>890.465</u>	<u>3.149.447</u>

Demonstração de Fluxos de Caixa

	Notas	30 junho 2013	30 junho 2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		6.381.951	7.046.628
Pagamentos a fornecedores		(1.610.305)	(2.685.254)
Pagamentos ao pessoal		(4.369.824)	(4.266.308)
Caixa gerada pelas operações		401.822	95.066
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(92.314)	68.372
Outros recebimentos / (pagamentos)		(14.550)	(61.026)
Fluxos das atividades operacionais [1]		294.958	102.412
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(47.648)	(42.898)
Empréstimos concedidos a sócios		(241.104)	(424.034)
Outros ativos		-	-
		(288.752)	(466.932)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		555	6.562
Dividendos		-	-
		555	6.562
Fluxos das atividades de investimento [2]		(288.197)	(460.370)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	670
Outras operações de financiamento		-	-
		-	670
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(2.776)	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(2.776)	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(2.776)	670
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		3.985	(357.288)
Efeito das diferenças de câmbio		-	314
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	181.998	538.972
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	185.983	181.998

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada (“Towers Watson” ou “Sociedade”) é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal (“Ex-Sucursal”) e tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, nº 245 – 4º A/B em Lisboa. A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área da gestão financeira, das pessoas e do risco.

Desde a sua constituição, a Sociedade adota como exercício económico o período de doze meses findo em 30 de junho de cada ano.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (arredondados para a unidade) e foram aprovadas pela Gerência na reunião de 14 de outubro de 2013.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 30 de junho de 2013, espelhadas nos avisos nº 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

A adoção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez no exercício de 2011, pelo que a data de transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para este normativo ocorreu a 1 de julho de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida pela Gerência, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento administrativo	8
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

3.3 Ativos e passivos financeiros

De acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros, a Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respetivo instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados em cada data de relato ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

i) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários à ordem com maturidades inferiores a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é calculada através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a Sociedade transfere para outra entidade todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma dos contratos.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Fornecimentos e serviços externos” como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas “Diferimentos”.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor críticos identificados, bem como as principais fontes de incerteza prendem-se com o apuramento da imparidade para clientes e o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2013 e 2012 detalha-se conforme segue:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Numerário	500	185
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	199.569	166.813
Aplicações de tesouraria	15.000	15.000
	<u>215.069</u>	<u>181.998</u>
Descobertos bancários	(29.086)	-
	<u><u>185.983</u></u>	<u><u>181.998</u></u>

Em 30 de junho de 2010, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 Euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do artigo 19º nº1 alínea d) e do artigo 42º nº4 do Decreto-Lei nº 144/2006 de 31 de julho. Este montante não se encontra disponível para uso por parte da Sociedade.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30 de junho de 2013				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	430.860	669.055	11.350	1.111.265
Aquisições	-	54.270	-	54.270
Transferências	-	(2.132)	-	(2.132)
Abates	-	(285.725)	-	(285.725)
Saldo final	430.860	435.467	11.350	877.677
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	193.856	541.218	5.398	740.472
Amortizações do exercício	25.609	62.420	-	88.029
Abates	-	(285.725)	-	(285.725)
Regularizações	-	4.490	-	4.490
Saldo final	219.465	322.403	5.398	547.266
Ativos líquidos	211.395	113.064	5.952	330.411
30 de junho de 2012				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	412.376	557.712	98.279	1.068.367
Aquisições	4.045	38.853	-	42.898
Transferências	14.439	72.490	(86.929)	-
Saldo final	430.860	669.055	11.350	1.111.265
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	141.984	426.429	94.706	663.119
Amortizações do exercício	38.771	36.490	2.190	77.451
Transferências	13.101	78.299	(91.498)	(98)
Saldo final	193.856	541.218	5.398	740.472
Ativos líquidos	237.004	127.837	5.952	370.793

Em 30 de junho de 2013, a rubrica "Edifícios e outras construções" inclui, essencialmente, obras realizadas no edifício onde a Sociedade tem instalados os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade, cujo espaço encontra-se a ser utilizado no âmbito de um contrato de arrendamento. Aquele contrato de arrendamento tem uma vigência anual renovável por períodos de um ano.

Todos os restantes ativos fixos tangíveis estão afetos à atividade da Sociedade.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício findo em 30 de junho de 2013, no montante de 88.029 Euros (77.451 Euros em 30 de junho de 2012), foram registadas na rubrica “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização”.

6. Locações

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2013, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com os seus escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em Euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 30 de junho de 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	30-06-2013	30-06-2012
Até 1 ano	242.757	240.566
Entre 1 ano e 5 anos	120.428	106.884
A mais de 5 anos	-	-
	<u>363.185</u>	<u>347.450</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do exercício	
	30-06-2013	30-06-2012
Pagamentos mínimos	353.130	346.075
Acerto de linearização	-	-
	<u>353.130</u>	<u>346.075</u>
Rendas contingentes	-	-
Pagamentos de sublocação	-	-
	<u>353.130</u>	<u>346.075</u>

7. Clientes

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica do ativo corrente “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Clientes gerais	536.676	646.666
Clientes - empresas relacionadas	86.893	336.189
	<u>623.569</u>	<u>982.855</u>
Imparidade para clientes	(23.237)	(12.300)
	<u>600.332</u>	<u>970.555</u>

Em 30 de junho de 2013, a rubrica “Clientes” apresenta saldos com antiguidade superior a 6 meses no montante de 6.150 Euros. Os restantes saldos têm antiguidade inferior a 6 meses.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2013, para além do reforço de imparidade para clientes no montante de 10.937 Euros, não ocorreram outros movimentos na rubrica de imparidade.

8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 no apuramento de impostos fosse de 26,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a Sociedade esteve sujeita a uma taxa de derrama adicional de 2,5%, aplicável ao montante de lucro tributável que excedesse os 2.000.000 Euros.

Na sequência da publicação da Lei 55 – A/2010, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2011, os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que os mesmos respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com veículos cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao limite legal (montante fixado pela Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho) são tributadas autonomamente à taxa de 10%. Por outro lado, aos encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição exceda o referido limite fiscal será aplicada uma taxa de tributação de 20%. No que respeita às despesas de representação, as mesmas são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a legislação fiscal em vigor previa que os prejuízos fiscais fossem reportáveis durante um período de quatro anos. Para os prejuízos fiscais gerados até ao exercício de 2009, inclusive, o prazo de reporte é de seis anos. Adicionalmente, com a introdução das alterações previstas na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução de prejuízos fiscais em exercícios subsequentes fica sujeita ao limite de 75% do lucro tributável apurado nesse exercício. Esta limitação aplica-se aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores e aos prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2012. Em 30 de junho de 2013, a Sociedade mantém prejuízos fiscais por utilizar que foram transmitidos pela Ex-Sucursal no montante de 740.666 Euros. Aqueles prejuízos fiscais podem ser utilizados em parte até aos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2015, nos montantes de 585.815 Euros e 154.851 Euros, respectivamente, caso um conjunto de requisitos venha a ser cumprido. No entanto, face à incerteza quanto à sua recuperação, a Sociedade decidiu não proceder ao registo de ativos por impostos diferidos sobre aqueles prejuízos fiscais reportáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2013 e 2012.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o imposto sobre o rendimento a receber / (a pagar) foi apurado como segue:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Imposto estimado (Nota 15)	(393.970)	(68.000)
Pagamentos por conta (Nota 15)	14.927	-
Retenções na fonte (Nota 15)	10	100
	<u>(379.033)</u>	<u>(67.900)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é como segue:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Resultado antes de impostos	1.284.435	324.151
Taxa de IRC aplicável	<u>26,50%</u>	<u>26,50%</u>
Imposto esperado	<u>340.375</u>	<u>85.900</u>
Diferenças permanentes:		
Excesso de estimativa de imposto do exercício de 2011	-	(68.371)
Excesso de estimativa de imposto do exercício de 2012	-	(70.633)
Benefícios fiscais	(43.990)	(29.532)
Outros	97.585	48.172
Imposto registado	<u>393.970</u>	<u>(34.464)</u>
Taxa efetiva	30,67%	-10,63%

9. Acionistas/Sócios

Em 30 de junho de 2013 e 2012, esta rubrica incluía os montantes de 1.128.989 Euros e 887.885 Euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos à casa mãe. Em 30 de junho de 2013, o empréstimo concedido à casa-mãe vence juros a uma taxa de 0,33179% e tinha a sua data de vencimento prevista no dia 1 de julho de 2013.

10. Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica do ativo corrente "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Acréscimo de rendimentos	3.296.128	1.389.232
Outros	12.185	10.853
	<u>3.308.313</u>	<u>1.400.085</u>

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica "Acréscimo de rendimentos" incluía, essencialmente, a especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria em curso desenvolvidos pela Sociedade naquelas datas.

Em 30 de junho de 2013, a rubrica acima referida incluía um montante de, aproximadamente, 3.200.000 Euros relativo à especialização de projetos de consultoria prestados a entidades relacionadas cuja faturação ocorreu em agosto de 2013 (Nota 23).

11. Diferimentos ativos

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Gastos a reconhecer:		
Serviços especializados	6.660	25.589
Rendas	24.299	19.953
Seguros	11.865	13.202
Deslocações e estadas	-	5.455
Formação	-	650
Outros serviços	160	
Quotizações	775	-
	<u>43.759</u>	<u>64.849</u>

12. Instrumentos de capital próprio

Capital social

Em 30 de junho de 2013 e 2012, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 Euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2013 e 2012, os prémios de emissão ascendem a 778.937 Euros e tiveram a sua origem no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a reserva legal ascendia a 20.000 Euros, perfazendo os 20% mínimos exigidos legalmente.

Aplicação de resultados

Conforme deliberado em reunião de Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2013, o resultado líquido relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2012, no montante de 358.615 Euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

13. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, pode ser detalhado conforme se segue:

	30-06-2012			30-06-2013	
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final	Saldo final
Contingências	37.506	37.748	(75.254)	-	-

14. Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2013	30-06-2012
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	568.907	151.921

15. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2013 e 2012, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2013		30-06-2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	14.927	-	-	-
Estimativa de imposto	-	393.970	-	68.000
Retenção na Fonte	10	-	100	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	131.428	-	80.130
Imposto sobre o valor acrescentado	-	57.165	-	74.822
Contribuições para a Segurança Social	-	77.556	-	78.722
Outros Impostos	70	71	70	71
	<u>15.007</u>	<u>660.190</u>	<u>170</u>	<u>301.745</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2013, os montantes incluídos nas rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social referem-se ao mês de junho de 2013, sendo o Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos meses de maio e junho de 2013.

16. Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Acréscimo de gastos com o pessoal:		
. Bónus a pagar	450.548	563.597
. Férias e subsídio de férias a pagar	264.000	223.002
. Subsídio de natal a pagar	70.000	68.622
. Segurança Social	66.800	70.543
Outros acréscimos de gastos	383.073	237.924
	<u>1.234.421</u>	<u>1.163.687</u>

17. Vendas e prestações de serviços

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, as vendas e as prestações de serviços podem ser detalhadas da seguinte forma:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Prestações serviços	7.614.005	6.565.493
Comissões da atividade de mediação de seguros	315.556	360.397
	<u>7.929.560</u>	<u>6.925.890</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a distribuição das vendas e das prestações de serviços por mercado geográfico pode ser detalhada da seguinte forma:

Mercado Geográfico

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Interno	3.589.381	2.966.340
Comunitário	4.299.228	3.915.489
Extra-comunitário	40.952	44.061
	<u>7.929.560</u>	<u>6.925.890</u>

18. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Trabalhos especializados	1.235.926	1.021.474
Rendas e alugueres	399.685	413.183
Seguros	150.052	120.580
Deslocações e estadas	140.225	111.785
Comunicação	84.063	86.284
Despesas de representação	36.723	27.244
Honorários	27.518	35.823
Material de escritório	26.361	27.521
Vigilância e segurança	20.861	27.539
Eletricidade	18.571	17.192
Outros serviços	17.844	1.918
Conservação e reparação	15.637	15.432
Limpeza, higiene e conforto	12.328	28.721
Publicidade e propaganda	4.325	10.203
Outros - serviços bancários	1.679	-
Livros e documentação técnica	852	1.210
Subcontratos	510	81.562
Artigos para oferta	368	660
Combustíveis	-	16.321
Outros - gás	-	617
Contencioso e notariado	-	38
	<u>2.193.530</u>	<u>2.045.307</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2013, a rubrica “Subcontratos” diminuiu substancialmente, dado não terem existido praticamente serviços especializados prestados por outros escritórios da Towers Watson. No que se refere à rubrica “Trabalhos especializados”, o aumento significativo ocorrido nesta rubrica no exercício findo em 30 de junho de 2013, está relacionado com o aumento dos honorários debitados pela casa mãe.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica “Rendas e alugueres” incluiu, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (234.866 Euros em 2012 e 242.757 Euros em 2013).

No exercício findo em 30 de junho de 2013, a rubrica “Deslocações e estadas” apresentou um aumento significativo, justificado essencialmente pelo aumento das deslocações ao estrangeiro por necessidades profissionais e pelo aumento do número de colaboradores. Associado a esta situação, verificou-se igualmente um ligeiro aumento na rubrica de “Despesas de representação”.

19. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é detalhada conforme se segue:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Remunerações do pessoal	3.207.894	3.271.531
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	97.152	84.312
Indemnizações	-	76.507
Encargos sobre remunerações	590.594	839.894
Outros	448.569	180.944
	<u>4.344.209</u>	<u>4.453.188</u>

Em 30 de junho de 2012, a rubrica “Encargos sobre remunerações” incluía cerca de 237.000 Euros relacionados com a anulação de saldos a receber da Segurança Social relativos aos anos de 2009 e 2010, para o qual naquela data não existiam expectativas quanto à sua recuperabilidade.

Em 30 de junho de 2013 e 2012, a rubrica “Outros” inclui essencialmente encargos suportados com colaboradores expatriados.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, o número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade ascendia a 72 e 68, respetivamente.

20. Amortizações

A composição da rubrica de “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é conforme se segue:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Ativos fixos tangíveis	88.029	77.451

21. Outros gastos e perdas

A composição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 é como se segue:

	<u>30-06-2013</u>	<u>30-06-2012</u>
Impostos	494	10
Outros	34.417	5.954
	<u>34.911</u>	<u>5.964</u>

22. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 são detalhados conforme se segue:

	30-06-2013		30-06-2012	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	469		701	
Outros	85	554	5.861	6.562
		<u>554</u>		<u>6.562</u>

23. Partes relacionadas

23.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede em Inglaterra, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela entidade.

23.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, as remunerações do pessoal chave de gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 609.374 Euros e 695.644 Euros, respetivamente.

23.3 Saldos e transações com partes relacionadas

As transações e os saldos mantidos com partes relacionadas nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 foram como seguem:

	30-06-2013		30-06-2012	
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Outros</u>	<u>Serviços prestados</u>	<u>Outros</u>
Towers Perrin UK LTD	-	-	3.214	-
Towers Watson (Ireland) Limited	2.663	-	-	-
Towers Watson AG	20.745	-	6.372	-
Towers Watson Argentina	441	-	-	-
Towers Watson Brasil	-	-	768	-
Towers Watson BV	-	-	4.463	-
Towers Watson Consultoria Ltda	1.540	-	-	-
Towers Watson Data Services	-	-	14.219	-
Towers Watson de España SA	16.561	-	20.000	-
Towers Watson Delaware Inc.	10.320	-	55.973	-
Towers Watson Deutschland GmbH	25.684	-	3.423	-
Towers Watson Italia Srl	25.198	-	680	-
Towers Watson Limited	3.710.987	-	2.912.669	28.766
Towers Watson Netherlands BV	28.370	-	3.233	-
Towers Watson NV	29.550	-	-	-
Towers Watson Pennsylvania Inc	1.864	-	-	-
Towers Watson SARL	39.517	-	30.221	-
Towers Watson Turkey	290	-	-	-
TPF&C, Inc - France	-	-	1.408	-
TPF&C, Inc - Germany	-	-	10.681	-
TPF&C, Inc - Spain	-	-	1.360	-
TPF&C, Inc - United States	-	-	16.297	-
	<u>3.913.729</u>	-	<u>3.084.979</u>	<u>28.766</u>

	30-06-2013		30-06-2012	
	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Outros encargos</u>	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Outros encargos</u>
Towers Watson (Ireland) Limited	-	-	-	2.871
Towers Watson AG	98.828	-	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	190.538	-	96.060	243.252
Towers Watson España SA	78.824	-	-	-
Towers Watson Limited	178.444	-	405.336	308.390
Towers Watson Pennsylvania Inc	153.103	-	-	-
Towers Watson SA/NV (Belgium)	-	-	660	495
TP Capital Corp	174.882	-	-	-
TPF&C, Inc - Spain	-	-	-	554
TPF&C, Inc - United States	39.361	-	248.757	41.898
	<u>913.980</u>	<u>-</u>	<u>750.813</u>	<u>597.460</u>

	30-06-2013			30-06-2012		
	<u>Clientes</u>	<u>Outras contas a pagar</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Clientes</u>	<u>Outras contas a pagar</u>	<u>Acionistas</u>
Towers Perrin Netherlands	-	-	-	540	-	-
Towers Perrin UK LTD	-	-	-	-	2.351	-
Towers Watson Data Services	-	-	-	385	2.229	-
Towers Watson de España	131	-	-	10.000	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	572	-	-	1.317	3.314	-
Towers Watson Deutschland GmbH	9.262	-	-	-	-	-
Towers Watson Limited	73.241	-	1.128.989	318.683	1	887.885
Towers Watson Netherlands BV	2.056	-	-	-	15	-
Towers Watson NV	-	-	-	425	-	-
Towers Watson Pennsylvania Inc	(146)	-	-	-	-	-
Towers Watson Risk Consulting, Inc	1.440	-	-	-	-	-
Towers Watson SARL	338	-	-	1.250	-	-
TPF&C, Inc - Germany	-	-	-	3.590	-	-
TPF&C, Inc - Singapore	-	-	-	-	976	-
	<u>86.893</u>	<u>-</u>	<u>1.128.989</u>	<u>336.189</u>	<u>8.886</u>	<u>887.885</u>

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 30 de junho de 2013 ascenderam a 15.603 Euros.

25. Informações exigidas por diplomas legais

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do nº1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 por natureza e tipo de remuneração são apresentadas nos quadros abaixo.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por Ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 apresentam a seguinte composição:

30 junho 2013

Actividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
172.153,69	92.865,09	48.536,91	100,00%	0,00	0,00

30 junho 2012

Actividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
124.687,32	156.876,11	78.833,33	100,00%	0,00	0,00

d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, nenhuma entidade (companhia de seguros, mediadores ou clientes) representou mais do que 45% dos proveitos totais recebidos pela Sociedade.

e) Valores das contas de clientes

A Sociedade não dispõe de informação sistematizada sobre os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes e a sua movimentação durante os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, pelo que tal divulgação não é apresentada.

f) Valores das contas a receber e a pagar

Em 30 de junho de 2013 e 2012, não existiam valores a receber e a pagar associados à atividade de mediação de seguros.

g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 30 de junho de 2013 e 2012, não existiam valores a receber e a pagar associados à atividade de mediação de seguros.

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

Em 30 de junho de 2013 e 2012, não existiam valores a receber e a pagar associados à actividade de mediação de seguros.

i) Descrição de obrigações contingentes

Em 30 de junho de 2013 e 2012, não existiam obrigações contingentes.

Nos termos do nº 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

- a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012 apresentam a seguinte composição:

30 junho 2013

CE	Actividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	172.153,69	92.865,09	48.536,91	100,00%	0,00	0,00
4322			24.268,46	7,74%		
1011			24.268,46	7,74%		
3814	25.219,23			8,04%		
3805	35.000,00			11,16%		
3820	35.496,00			11,32%		
3817	35.719,23			11,39%		
1093	40.719,23			12,99%		
1021		61.031,84		19,46%		
outras		31.833,25		10,16%		

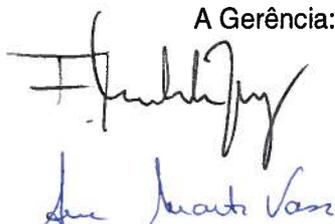
30 junho 2012

CE	Actividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	124.687,32	156.876,11	78.833,33	100,00%	0,00	0,00
1093	33.916,44			5,76%		
3820	38.962,27			6,61%		
1021		39.416,67		6,69%		
4322			39.416,67	6,69%		
1011		14.700,00	39.416,67	9,19%		
1096		78.574,52		13,34%		
outras	51.808,62	24.184,92		51,72%		

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e 2012, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

A Gerência:



O Técnico Oficial de Contas:



